

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 048

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
10 DE MAIO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 776**

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, envio de votos de pesar à família da senhora Maria da Luz Martins Lopes, falecida no dia de ontem, 9 de maio de 2000, na cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, à rua Bento Ribeiro, 1588, CEP 84010-510 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A senhora Maria da Luz Martins Lopes contava com 75 anos. Comerciante e antiga moradora da cidade de Ponta Grossa, seu passamento abre uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos. Jamais se apagará da memória a lembrança da senhora Maria, pela amizade e amor dedicado a todos que com ela tiveram o prazer de conviver.

O deputado acima subscrito, propõe que esta Casa se solidarize com a família enlutada.

**REQUERIMENTO Nº 767**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 132, § 1º, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Movimento pela Moralidade da Administração Pública de Londrina, encaminhando Moção de Aplauso.

Razões do pedido: No momento de indignação e desalento que vive a sociedade brasileira pelas notícias de corrupção nas diversas esferas de governo, nos quatro cantos do País, veiculadas pela imprensa, o movimento da sociedade de Londrina/PR deve ser tomado como exemplo e servir de estímulo à luta contra a corrupção e malversação dos recursos públicos em todo o Brasil.

O Movimento pela Moralidade da Administração Pública de Londrina constitui-se numa ação dos londrinenses que conta com o apoio de 87 entidades, tendo à frente a Associação Comercial e Industrial, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Sindicato da Construção Civil, o Conselho de Pastores, a Igreja Católica, o Conselho Municipal de Segurança, o Sindicato dos Jornalistas, as Lojas Maçônicas, o Centro de Direitos Humanos, o Clube de Engenharia e o Sindicato dos Bancários.

Esse espectro diversificado de sua composição mostra que a sociedade de Londrina despertou para o exercício pleno da cidadania.

Esse movimento deverá servir, também, como uma campanha para a valorização do voto, mostrando ao cidadão que, além do ato de votar, deve exercer a fiscalização do mandato do eleito, restringindo dessa forma as oportunidades de desmandos e desvios na administração pública brasileira, devolvendo a credibilidade aos políticos.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) HERMES FONSECA

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 139/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Idosos São Luiz Gonzaga, com sede e foro no distrito de São Luiz d'Oeste, município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Com os estatutos devidamente registrados sob nº 852, livro APJ - nº 24, em data de 08.04.1999, no Cartório de Protesto, Registro e Títulos e Documentos & Pessoas Jurídicas da Comarca de Toledo, e inscrita na CGC/MF sob nº 03.088.585/0001-31, o Clube dos Idosos São Luiz Gonzaga do distrito de São Luiz d'Oeste, município de Toledo, é uma entidade que vem realizando ótimo trabalho em favor das pessoas idosas da localidade e outras que venham a integrar o clube.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços, principalmente na promoção humana do idoso, que ao longo de sua vida tanto trabalhou e produziu, gerando riquezas para sua família e o Estado.

É merecedora do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 140/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer os requisitos, dispostos na presente lei, para a criação, de autorização de funcionamento, acompanhamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Art. 2º - A criação dos cursos de graduação na área médica, por universidade e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação e submetida à prévia avaliação do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Os pedidos de criação e de autorização de funcionamento dos cursos a que se refere o *caput* deste artigo, encaminhados pelas universidades e demais instituições de educação superior, serão apresentadas ao Con-

selho Estadual de Educação que os submeterá ao Conselho Estadual de Saúde, devendo manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias.

§ 2º - Após manifestação favorável ou contrária do Conselho Estadual de Saúde ou inobservância do prazo estabelecido no § 1º, os projetos de criação e implantação dos cursos apresentados pelas instituições de educação superior, deverão ser reencaminhados ao Conselho Estadual de Educação, para emissão de parecer conclusivo.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Saúde analisará os projetos de criação dos cursos a que se refere esta lei, avaliando a necessidade social, as condições de saúde coletiva e a eficácia da ação dos profissionais em questão, na área geoeconômica da instituição postulante, incluindo, na oportunidade, a apreciação e manifestação das autoridades de saúde do município que sediará o curso.

Art. 4º - Fica o Conselho Estadual de Educação autorizado, na avaliação dos projetos, considerar, além dos requisitos de ordem social e de manutenção e sem prejuízo a outros estabelecidos pelo Sistema Estadual de Educação, os requisitos técnicos elaborados pela Associação Médica Brasileira, em 16 de agosto de 1999.

Art. 5º - Para atender ao requisito de manutenção, a instituição de educação superior responsável pela criação de curso de graduação na área médica, deverá comprovar formas de sustentação financeira, tais como mensalidades e outras fontes de recursos.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados e aquelas que já estiverem em funcionamento, serão objeto de avaliação permanente do Conselho Estadual de Educação, visando assegurar a efetiva implantação do proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação, que poderá resultar na suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.

§ 2º - O processo de reconhecimento do curso ficará condicionado à satisfação das condições de funcionamento estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação

Art. 7º - Sob o princípio da cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação manifestar-se-á previamente junto ao Conselho Nacional de Educação, sempre que houver a intenção de instituições de educação superior, vinculadas ao Sistema Federal de Educação, instalarem cursos na área médica, no território paranaense.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, proporcionou condições extremamente liberais para que Estados e municípios pudessem decidir livremente sobre a criação de escolas de medicina e outras na área de saúde. A competência da União, fixada no artigo 10, IX da LDB, foi limitada exclusivamente ao sistema federal de ensino superior.

Sendo assim, estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo estabelecer requisitos para a criação, a autorização, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação da área médica, das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Somente com cursos de graduação capazes de preparar profissionais de sólida formação técnica, ética e humanitária é que poderemos assegurar melhor qualidade na assistência à saúde no Brasil.

#### PROJETO DE LEI Nº 141/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a implantar o salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais), a vigiar em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Em virtude do disposto no *caput* deste artigo, o valor diário do salário mínimo no Estado do Paraná corresponderá a R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) e o seu valor horário será de R\$0,86 (oitenta e seis centavos).

Art. 2º - Os benefícios de que trata esta lei, serão pagos a partir de 1º de maio de 2000.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) TONY GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que regulamenta o salário mínimo nos Estados;

Considerando que o salário mínimo que está contido na Medida Provisória do Governo Federal, não satisfaz as necessidades do cidadão brasileiro que reside no Estado do Paraná;

Considerando que o nosso Estado possui uma das cestas básicas mais caras do país;

Considerando, ainda, o crescimento da arrecadação estadual, (informações dadas através da imprensa por fontes governamentais);

E, finalmente, considerando que com o adiantamento dos royalties de Itaipu que serão aplicados na cap-

italização do Fundo de Previdência, liberando maiores recursos do orçamento do Estado;

Estamos propondo que o governo estadual adote o salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais) cujos valores são os que mais se aproximam de U\$100,00 (cem dólares), que é um valor que, embora ainda não suficiente, poderá oferecer um pouco mais de vantagens ao trabalhador do nosso Estado. Desta forma, contamos com o apoio dos demais membros do nosso Parlamento.

#### PROJETO DE LEI Nº 142/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda no município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários e proceder a defesa dos portadores de deficiência física, desenvolvendo trabalhos e atividades visando a integração dos mesmos na nossa sociedade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 143/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e de Cargas no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Centro de Informações de Furtos de Veículos e de Cargas usará como estrutura a Central de Operações da Secretaria de Segurança Pública, que terá por obrigação passar informações, com a maior rapidez, da ocorrência de furto e roubo de veículos e de cargas no Estado do Paraná, para os postos das Polícias Rodoviária Estadual e Federal e para os Postos das Rodovias Pedagiadas.

Parágrafo Único - Recebendo a notícia de furto ou roubo, o Centro de Informações transmitirá, pela rede de informática, a todos os postos citados no *caput* deste artigo, os dados relativos ao veículo e da carga subtraída, contendo informações detalhadas do motorista, do veículo, da placa e da carga, que serão identificadas

ao passar através se sensores óticos, instalados para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(aa) CESAR SELEME, PASTOR EDSON PRACZYK, ALGACI TULIO, ANTONIO BARATTER, EDNO GUIMARÃES, TIAGO AMORIM NOVAES, CLEITON KIELSE, RENATO GAÚCHO, DIVANIR BRAZ PALMAS, HIDEKAZU TAKAYAMA e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente. Com a palavra deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, Nelson Justus, senhores deputados, primeiro, quero dizer que lamentamos profundamente a maneira como a sessão, de ontem, foi encerrada. Sou parlamentar aqui nesta Casa já há tantos anos e é a primeira vez que a sessão foi interrompida. Isso foi ruim, porque a manifestação era de pequenas pessoas que, de forma deseducada, atrapalhavam o discurso, o pronunciamento do deputado Valdir Rossoni. A grande maioria dos funcionários, aqui, nesta Casa, estavam se comportando de forma decente e respeitosa. Acredito que o fato de meia dúzia de pessoas, de forma deselegante, se comportavam na galeria - não era motivo de termos encerrado a sessão, desrespeitando inclusive aquela população, 600 pessoas que aqui estiveram, vindo do interior do Estado do Paraná e aqui da capital.

Senhor presidente, o governo Jaime Lerner a cada dia que passa nos surpreende. Mas surpreende da forma mais negativa possível. Essa semana, nós, do Paraná, assistimos à festa à comemoração das autoridades do governo do Estado, pela negociação, pela negociata realizada entre o governo estadual e as autoridades do governo federal, do Ministério da Fazenda, objetivando a antecipação dos "royalties", para tapar o buraco construído irresponsavelmente pelo governo Jaime Lerner. Uma festa: foguetes e rojões. Imaginei que seriam os rojões pela vitória do meu querido Atlético do Paraná. Mas, posteriormente, descobrimos que os rojões partiam da Secretaria da Fazenda, comemorando o êxito das "negociações" das pessoas responsáveis pelo governo do Estado, para antecipar os "royalties" da Itaipu Binacional, para tapar o buraco produzido pelo governo Jaime Lerner. Uma alegria indistigível de pessoas, que não tendo o senso da responsabilidade enterraram o Estado do Paraná.

Ontem, aqui, tivemos a manifestação dos funcionários públicos do nosso Estado. No dia primeiro de janeiro de 95, quando o governador Jaime Lerner assumiu o governo do Paraná, se comprometia da Receita do

Estado, 59% com a folha de pagamento. A Receita e ICMS, naquele período, gerava em torno de 180 milhões de reais, mesmo levando em consideração os 16% de aumento linear, que o governador Mário Pereira concedeu ao quadro do funcionalismo público do Estado do Paraná, no mês de dezembro de 1994. Com os 16% a receita do Estado do Paraná era comprometida em 59% com a folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Paraná.

O governador Jaime Lerner concedeu um aumento ao quadro geral do estado no mês de agosto de 1995 de 10%.

Não conseguimos entender, se o governo comprometia 59% da arrecadação do estado para pagar a folha de pagamento de uma receita de 180 milhões de reais, como que hoje o ICMS crescente no estado, chegando aos 250 milhões de reais por mês, quase 50% a mais do que o governo anterior arrecadado e a folha de pagamento beirando 80% da receita do Estado.

Não entendemos o que o governo fez. Se não deu aumento ao funcionalismo; se os professores estão há 5 anos e meio sem aumento, os funcionários do quadro geral estão há 49 meses sem aumento. O que foi que o governo Jaime Lerner fez para comprometer 80% da receita do estado com o pagamento dos funcionários

A explicação reside no governo tem dado aumento de 327% para os cargos de marajás. Ter aumentado irresponsavelmente a casta da elite do funcionalismo do Estado. Sem se preocupar com os trabalhadores que dão a sua vida para tocar a máquina pública do Estado do Paraná.

Aí assistimos a comemoração do governo Jaime Lerner pela antecipação dos royalties. Comprometendo 23 anos de governos. A irresponsabilidade de um governo que compromete a receita do Estado do Paraná. Que vende a Copel, a Sanepar. Que privatiza a Ferroeste e que agora dá um prêmio ao povo do Paraná antecipando 23 anos de royalties para poder tapar o buraco da sua incompetência. O que nos assusta é a maneira açodada por baixo dos panos, como forma de fugir dos defeitos da lei de responsabilidade fiscal, sancionada pelo Presidente da República dia 04 de maio. O governador e a sua equipe um dia antes assinou o contrato dos royalties para fugir dos efeitos da lei de responsabilidade fiscal. É uma falta de transparência absoluta desse governo. Sessenta e nove por cento do patrimônio da Copel foi torrado e não sabemos aonde. Hoje o Paraná possui apenas 31% do patrimônio da Copel.

Perguntamos: qual é o motivo da festa, senhor governador Jaime Lerner? Qual é o motivo da alegria? Qual é o motivo do foquetório? Se na verdade apenas a tristeza campeia solta no Estado do Paraná. Vossa Excelência vendeu 69% da Copel; vendeu 36% da Sanepar; privatizou a ferrovia; comprometeu mais de 70% da Receita do Paraná com o funcionalismo público sem dar aumento aos funcionários. Qual é o motivo da alegria?

Vossa Excelência enterrou o Estado do Paraná.

Hoje, a nossa agricultura, que é a maior indústria do nosso Estado, só tem um programa em execução pelo governo estadual, o Programa Paraná 12 Meses.

Um programa tímido, que atendeu 50 ou 60 agricultores por município em quatro anos de execução. O calcário o ano passado não foi dado uma gota aos nossos agricultores, em que pese os convênios assinados irresponsavelmente no ano de 1998.

Por isso nós da oposição não temos nada que comemorar. Ontem, não usamos da Tribuna aqui, porque as galerias estavam cheias, porque nós somos acostumados a usar a Tribuna com a Galeria cheia ou com ela sem ninguém. Porque nós temos responsabilidade nos argumentos que usamos.

Nós achamos que o governo Jaime Lerner, um governo fanfarrão, exibicionista, irresponsável que enterra o Estado do Paraná. Temos a tristeza estampada no rosto do povo do Paraná.

Aqui estão os números, não são meus, são números do governo do Estado, números inquestionáveis.

Por isso, coloco aqui a nossa opinião. Fazemos hoje, para não dizerem que aqui estamos fazendo demagogia, fazer média com a torcida, para dizer que a nossa preocupação é grande em ver este governo da forma mais irresponsável possível todos os dias fazer propaganda, fazer mídia, querer enganar a população.

Hoje, abri os jornais e vi lá, governo Jaime Lerner pavimentando, não sei quantos quilômetros do Paraná. Mas sabe da onde sai o dinheiro? Do Paraná Urbano, que é dinheiro pago, que os municípios vão pagar, que não é favor do governo Jaime Lerner, mas faz a propaganda mentirosa para enganar a população do Estado do Paraná.

É um governo que infelicitava o nosso Estado, que espanca trabalhador, espanca caminhoneiro, que se distancia da população do nosso Estado. Isso gera uma frustração muito grande.

Eu que fui eleito, 90% dos meus eleitores agricultores são pessoas desesperançosas. Vim para a Assembléia não foi para esbravejar, para constatar esta realidade. O sonho que ostentava era de poder uma transformar em uma ferramenta de conquistas para a minha região, mas não posso ficar calado, me omitir e tampar o sol com a peneira, vendo essa situação de abismo em que este governo está colocando o Estado do Paraná.

É por isso, que eu muito embora entristecido, frustrado venho a esta Tribuna seguidamente para relatar a situação em que este governo tem colocado o Estado do Paraná. Uma situação de desespero, de falta de obras, de falta de ações e uma situação de exibicionismo todos os dias, anunciando obras que não fez querendo enganar a nossa população.

Concedo o aparte ao deputado Irineu Colombo.

## O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência com muita propriedade faz uma abordagem sobre uma situação dramática em que vive o Estado do Paraná.

Quero me somar a Vossa Excelência, logo em seguida farei um pronunciamento sobre o problema do Movimento Sem Terra no Paraná. Mas quero dizer a Vossa Excelência que a partir de hoje os professores da rede pública estadual estão em estado de greve. Deverão inclusive se não tiver avanço com o governo, vão decretar greve total no Estado do Paraná, toda a classe dos professores. Menos para pedir salário. Muito mais para que o governo os trate com dignidade e não fiquem enrolando como esta secretária que veio de Brasília, do Banco Mundial para atender a educação do Paraná, não recebe, quando recebe fala que vai atender, vai elaborar proposta mas a agenda não permite a elaboração dessa proposta. Os professores não estão sendo tratados como seres humanos dignos de respeito pelo governo, estão em estado de greve também reivindicando salário.

Os servidores públicos poderão entrar em greve a partir do dia 31 de maio, reivindicando um reajuste de 41% e criação de uma Câmara permanente de negociação. Engraçado, Câmara de negociação sempre foi proposta do governo. A coisa está tão difícil, deputado Nereu Moura, que agora os servidores é que estão propondo para o governo. Veja só que situação!

O Paraná Previdência. O STF concedeu a liminar suspendendo a cobrança da contribuição dos inativos para o financiamento do Paraná Previdência. A nossa ação de inconstitucionalidade movida pela Bancada do PT, na mão do ministro Sepúlveda Pertence, as informações que temos que deve julgar favorável e se julgar decretará o fim do Paraná Previdência. Além dos motivos que estou mandando distribuir papel aí, informando que tudo indica que vai ser reprovado pelo Tribunal de Contas o Paraná Previdência, porque o Estado do Paraná não faz a sua cota parte de contribuição.

Enfim, o Estado do Paraná, colaborando com a informação de Vossa Excelência, não há nada que propagandear. Só tem tristeza: altos salários, o governo gastando com publicidade, festival dos Jogos Mundiais da Natureza, gastos exorbitantes e trapalhadas administrativas. Várias trapalhadas administrativas estão levando o Paraná para o buraco. Infelizmente é essa a realidade.

## O SR. NEREU MOURA

Para concluir. Quero apenas deixar 3 perguntas: Como fica nesta negociata com a Eletrobrás a lei aprovada nesta Assembléia que autoriza a divisão da Copel em 3 empresas. E o discurso oficial do governo Jaime Lerner que parte da empresa ficaria com o governo do Estado. Como está a contratação da empresa que iria estudar a forma de melhor estruturar a Copel para o processo de privatização? As negociações com o governo do Estado com a Eletrobrás seguem a orientação desse estudo? Ou a realização desse trabalho torna-se agora desnecessária, se assim for, quem arcará com seus custos:

a sociedade paranaense? Refiro-me, evidentemente, senhor presidente, à venda da Copel anunciada também nesse contexto da negociação dos royalties. Pelo andar da carruagem, amanhã ou depois o governo Jaime Lerner vai privatizar o Palácio Iguaçu, a Assembléia Legislativa e quem sabe até o Rio Iguaçu.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa esclarece para que se encerre de uma vez esse assunto, que também lamenta profundamente ter encerrado a sessão na tarde de ontem. Acredita esta presidência, ter sido a mais democrata possível. Acolheu os nossos convidados, discutiram, falaram, os deputados todos que puderam falar falaram. A partir do momento devido rigor, com o devido valor nesta Casa, temos duas alternativas: ou mandamos retirá-los das galerias ou encerrar a sessão. Ontem optei e assumo a responsabilidade e encerro o assunto por encerrar a sessão. E por falar em platéia educada, quero enaltecer, aqui, a presença da professora Vera Terezinha Elen e dos alunos da Escola Maria Montessori da Vila Tingui de Curitiba. Sejam bem vindos.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Uma das coisas mais artificiais que nós temos neste país e isso não é novidade para ninguém, é a legenda partidária. Sou da primeira hora do MDB velho de guerra, MDB que abriu tantos caminhos neste país, convivi com gente muito séria e lá pelas tantas foram invadidos por gente que não tinha nada a ver com o programa do nosso MDB. Depois que o MDB foi assassinado pela ditadura, porque a ditadura não contente em ter que enterar a Arena que estava mal cheirosa, assassinou essa Casa da democracia, que era o MDB e nós, ao longo de todos esses anos, companheiros, tivemos que engolir a presença de pessoas que nada tem a ver com o PMDB. Por exemplo: José Sarney. Qual a identificação desse cidadão com o PMDB? Até o Tancredo Neves esteve dentro das nossas fileiras partidárias e depois aqui, quando houve a incorporação do PT ao PMDB e vivi isso, porque era presidente do PMDB do Paraná, nós nos submetemos, em nome da democracia, a engolir sapos de todos os tamanhos e agora, mais uma vez, senhor presidente eu vejo aqui, e não me levem nessas palavras que for pronunciar, nenhum ato de agressão ao Deputado Moacir Micheletto, mas o PMDB nosso não se comporta da maneira que ele está se comportando, agora a apresentar esses novo Código Florestal Brasileiro. Em determinada época, eu criei um problema para mim mesmo, porque taxei o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, como sendo o Instituto Brasileiro da Devastação Florestal. O deputado Beraldin e o deputado Edno Guimarães e eu me associei a eles, denunciaram aqui os crimes que estão sendo praticados contra a ecologia aqui no Paraná, mas

nada atinge as barbaridades que estão incluídas nesse novo Código Florestal Brasileiro.

É lamentável que o deputado Micheletto, que é egresso do sudoeste do Paraná, devastado inteiramente pela ação irresponsável de ocupação da terra pelos paranaenses e brasileiros de todos os cantos, não tenha sentido o crime que está se praticando em relação a esse Brasil. Olhem, aprovado esse Código Florestal Brasileiro, é melhor que transformemos isso aqui numa República, onde nenhum rio, nenhuma mata terá mais o direito de existir. Não me conformo com a existência desse estado liberal, globalizado, que não fica atendo à vida que está sendo assassinada aqui. Matam com a maior facilidade as florestas. Matam e assassinam os rios e vem alguém do PMDB, do meu partido, apresentar na comissão mista para votação no dia de hoje esse Código Florestal Brasileiro. Isso é uma vergonha para o meu partido que alguém do partido faça o que está fazendo, o que é que existe de similaridade, de analogia entre o solidarismo do nosso PMDB, senhor presidente, muitos jovens estão aqui nas galerias e é preciso que eles acordem antes que seja tarde, para as coisas que estão acontecendo aqui nesse país. Jovens querem muitas vezes comparar a arma de trabalho de um trabalhador sem-terra, humilhado, sem comida, sem casa, sem amanhã, sem sol, sem esperança, os fuzis do Estado que gasta, gasta e gasta para nos convencer que está tendo bom resultado, vende tudo mas não é capaz de se sentar à mesa para o diálogo.

Estou propondo aqui mais uma vez, senhor presidente, que o governo do Estado desça da sua torre de marfim, com o seu secretário reprimido durante tantos anos em relação à prática antidemocrática, para que se sente à Mesa com as lideranças da sociedade do Paraná, mas nós, tenho certeza, não seremos ouvidos, talvez se essa televisão começar a operar alguns poucos poderão ter noção das coisas que estão acontecendo nesse Paraná, senão é só propaganda oficial do governo.

Quero registrar aqui o meu desconforto com esse cidadão, deputado do PMDB, que teve a coragem de apresentar essa proposta. É uma proposta na direção do deserto, é uma proposta para agradar a extrema direita, a oligarquia rural, burra e insaciável.

Imaginem esse deputado, se ele por conta do destino fosse chamado a administrar por exemplo, a cidade de Ouro Preto, no outro dia ele colocaria máquinas para derrubar a cidade de Ouro Preto, a memória que vá não sei para onde porque não teria o mínimo respeito com ela.

Não é possível que o meu partido, estou solicitando da bancada do PMDB nesta Casa se pronuncie oficialmente verbenando esse comportamento que não tem nada a ver com a proposta do PMDB, nós somos favoráveis à vida, nós não queremos a criação desse mundo do jeito que estão querendo fazer.

No Brasil, senhor presidente, 500 milhões de hectares disponíveis à agricultura, somente 300 estão sendo usados, 200 milhões estão aí mal aproveitados ou inaproveitados, enquanto isso optam para colocar cães,

helicópteros e metralhadoras, para parar os sem-terra que estão vindo se manifestar na capital. Esse é um mundo que eu abjuro, esse é um mundo, uma política é um comportamento com os quais eu nada tenho a ver, e exijo publicamente, do meu partido, que se posicione contra esses que praticam verdadeiros crimes querendo que um Congresso muitas vezes não representativo da sociedade que nós temos hoje, engula e aprove esse verdadeiro crime que está se praticando contra a nação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor presidente, senhores deputados, como se comentou muito durante alguns dias, que deputados estaduais seriam responsáveis pela indicação de delegados de polícia em seus respectivos municípios do Estado do Paraná e que alguns delegados estavam sendo acusados de alguns desmandos, como trouxe uma vez, aqui, o deputado Edson Praczyk, que um Pastor foi submetido a uma série de vexames numa cidade do interior do Estado do Paraná, ontem me reuni com os deputados Ricardo Chab, Algaci Tulio e com vários componentes desta Casa, e levamos ao presidente maior, deputado Nelson Justus, que a Comissão de Segurança Pública, pedirá ao senhor secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, porque isto aqui é um Parlamento formado por 53 deputados honrados, que têm vergonha na cara, 53 deputados de cara limpa, e uma senhora deputada, a Comissão de Segurança Pública deste Parlamento exigirá do senhor secretário de Segurança Pública, que todos os delegados que forem nomeados ou indicados para qualquer que for a cidade do Estado do Paraná, terá que ser sabatinado neste Parlamento, terá que ser sabatinado por todos os senhores parlamentares: pelo líder, meu amigo, deputado Nereu Moura; pelo líder, deputado Plauto Miró Guimarães; pelo líder do PSDB; pelo deputado Chab; pelo deputado Algaci; pelo presidente da União dos Legisladores deste país, deputado Orlando Pessuti, que com muito orgulho representa os parlamentares brasileiros. Chega, então, de dizer que esta Casa é culpada por indicar delegados de polícia, de indicar agentes de segurança! E quando alguém comete algum desatino qualquer na cidade de Ivaiporã, na cidade de Londrina, na cidade de Ponta Grossa, terra do futuro prefeito Péricles ou na cidade de Ivaiporã, na terra do futuro prefeito Orlando Pessuti; na terra de qualquer um dos senhores, na terra de todos os senhores, porque o Paraná não é cocho! Os deputados que aqui estão representam toda a família brasileira deste Estado! Deputado, aqui, foi eleito para defender a família do Estado do Paraná, para defender a família brasileira do Estado do Paraná, para defender a cidadania! E nós não vamos permitir que - me permita apenas vagar - uma vez o deputado de Cornélio, deputado Hermas, o irmão dele é prefeito de Cornélio...

**(Termo do Horário)**

**(O orador pede para usar o Horário da Liderança do PFL)**

... me trouxe um caso que me deixou preocupado de dois policiais que precisavam voltar a sua cidade de origem, o deputado é testemunha - briguei, debati, lutei, etc, dava a nítida impressão que o deputado fala, grita, que nós não representamos nada, absolutamente nada, é como o deputado Beraldin brigando pelos mananciais deste Estado, gritando, dando seu sangue, sua alma, então, dá-se uma nítida impressão que tudo fica nestas quatro paredes, nada sai daqui. Então, é preciso que este Parlamento seja respeitado e vai ser respeitado sim senhor como quer o deputado Waldyr Pugliesi, como querem todos os senhores deputados vai ser respeitado sim. Todos os delegados de polícia, todos os agentes de segurança que forem nomeados para qualquer cidade do Paraná terão que ser sabatinados na Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa para que ele possa dirigir a cidade e o deputado chegar lá e dizer - não fui eu que indiquei, foi o governo, a responsabilidade é do governo, nós o sabatinamos e ele está aprovado para assumir esta cidade não para a prática da violência, mas sim para praticar cidadania, justiça social, segurança da família, da mãe, seja ela negra ou branca, dos nossos filhos, seja ele evangélico, católico, protestante, espiritualista de qualquer cor, de qualquer credo e qualquer raça.

Parabenizo esta Comissão da qual faço parte e esta Comissão está imbuída, senhores parlamentares do meu Estado, da minha Capital, de todo o Estado do Paraná, aonde estamos chegando agora, que há necessidade urgente de uma sabatina. E outro detalhe, esta Comissão também abrirá as portas para o caso que o deputado Hermas me trouxe e ontem nós conversávamos muito, porque as vezes um policial mora em Curitiba e tem que ir trabalhar em Cornélio Procópio - quem é que vai levar a mudança dele? quem é que vai alugar a casa? Quem é que vai matricular o filho dele na escola? Por que nos Países de primeiro mundo nós temos um caminhão para levar a mudança do policial, nós temos uma assistente social esperando o policial chegar, temos uma psicóloga esperando ele chegar para conversar com o policial, para conversar com a esposa, para verificar onde o filho vai estudar, para saber qual a casa onde ele vai morar, para que ele não se prostitua, para que ele não se corrompa, isto que é importante, deputado Beraldin, isto que é importante, como Vossa Excelência luta como municipalista que Vossa Excelência é. Defendo a segurança, defendo e vou morrer defendendo, defendendo como defendo a segurança, luto pela segurança como odeio o tráfico, o narcotráfico de drogas que mata os nossos filhos, transforma as nossas filhas em prostitutas mercantilistas, transforma os nossos filhos em verdadeiros cadáveres ambulantes, roubando toca-fitas, roubando carro para a prática mercantilista da compra da cocaína.

**O Sr. Ricardo Chab**



Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Gostaria de acrescentar ao aparte, até porque esta questão da segurança pública, com a nossa CPI aqui instalada nesta Casa, com a CPI nacional passando aqui e nós temos que levantar aqui uma discussão que eu acho extremamente saudável neste momento, a questão até mesmo da municipalização da segurança pública, porque veja bem, o cidadão passa num buraco na rua, ele xinga o Prefeito. Aí, quando vai no posto de saúde, não tem remédio, não tem médico, ele automaticamente xinga quem? A figura do prefeito. Agora, quando é segurança pública, deputado, o cidadão vai na Delegacia e ninguém atende, o cidadão chama pelo telefone e ninguém o atende, ele xinga quem? Xingar o governo por inteiro é difícil!

Então, acho que se partirmos do seguinte raciocínio: que teríamos que municipalizar a segurança pública a partir de cidades com mais de duzentos mil habitantes, teríamos um serviço muito melhor, ou seja, a questão da municipalização da segurança pública, o prefeito teria a responsabilidade - é o caso de Curitiba, hoje se você fizer uma pesquisa de opinião pública, a preocupação número um de Curitiba qual é? Segurança Pública. É só perguntar. Segurança. E aí, como faz? E o Prefeito Cássio Taniguchi faz o quê? Diz que não pode fazer nada, porque depende do Estado; o Estado, por sua vez, diz que não faz porque não tem dinheiro, e quem sofre é o cidadão.

Então, temos que discutir aqui a coisa com maior profundidade. Acho que a questão da municipalização da segurança para cidades grandes, não digo para cidades pequenas, onde o delegado de polícia acaba ali batendo como refém, mas para cidades com número considerável de duzentos mil habitantes, acho que teríamos que ter essa posição. E aí sim passaríamos a ter uma segurança melhor, porque o cidadão passaria a responsabilizar o prefeito da cidade.

Então, quero contribuir com esse aparte, porque acho que isso vai ser discutido, agora fala-se muito da unificação das polícias, aquilo que já foi, o nosso relatório aqui da Comissão Especial de Investigação trouxe aqui, falando da unificação das duas polícias. Acho que isso tudo temos que voltar a discutir. E só quero convidar os demais deputados para logo mais, às 17h00, vamos ter a nossa reunião da CPI do Narcotráfico, vamos ouvir alguns familiares de rapazes executados em Curitiba. Gostaria de estender o convite a todos, porque acho que de repente só o fato da Assembléia demonstrar preocupação com essas execuções, tenho certeza que podemos evitar outras execuções no futuro.

Obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Só para finalizar, senhor presidente, quero dizer a Vossa Excelência, com muito orgulho, que conto com o apoio de Vossa Excelência nesta empreitada na Comissão

de Segurança Pública do Estado do Paraná da Assembléia Legislativa. O objetivo da nossa reunião que terminou tarde ontem, eu e o deputado Chab preparamos uma série de análises, de documentos da municipalização, da unificação da Polícia que não cabe ao Parlamento do Paraná e sim à Constituição-mãe que está em Brasília. Aqui, quando se fala que existe só uma polícia é mentira, Deputado Beraldin, existe a Polícia Militar, a Polícia Civil, temos uma Polícia que temos que respeitá-la, que é a Polícia Federal. A Polícia Federal tem a maior central de inteligência do Brasil, aprendemos muito com o FBI americano, aprendemos muito.

Então, temos polícia demais, é uma guerra, um querendo fazer mais do que o outro. Mas acho conveniente uma polícia só, como existem nos países de primeiro mundo. Mas até que isso aconteça, conforme o relatório do meu querido deputado de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, naquele relatório magnífico que Vossa Excelência estudou, da unificação, depende de Brasília. Mas vamos lutar, a Comissão de Segurança Pública do Paraná, que estou à frente, junto com o deputado Chab, nós vamos lutar, não vamos parar, só mortos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o pastor Edson Praczyk.

**O SR. EDSON PRACZYK**

Senhor presidente, Nelson Justus, senhores deputados, senhores e senhoras. Subo a esta Tribuna com dupla razão. A primeira, para registrar que hoje foi realizada a reunião da Comissão de Direitos Humanos, onde além de termos relatado o projeto de lei que era de responsabilidade dessa comissão, também decidimos, para a semana que vem, ouvirmos um representante do Movimento Sem-Terra e também da Polícia Militar ou da Secretaria de Segurança Pública, para cooperarmos na questão do conflito dos sem-terras e da Polícia Militar.

Essa reunião de hoje foi extremamente proveitosa. Ficando marcada uma segunda reunião para semana que vem, às 10 horas, da manhã ou no horário em que a maior parte dos membros dessa comissão puderem se fazer presentes.

A segunda razão, senhor presidente, senhores deputados, que me traz a essa tribuna, é para apresentarmos dois relatórios parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, na qual eu sou vice-presidente e também relator da mesma.

Eu pediria que os deputados e a imprensa, por gentileza, prestassem atenção, uma vez que fomos continuamente questionados pela sociedade e pelos nossos líderes.

**(Lê):**

“Relatório parcial com fundamento no artigo 10 do seu Regimento Interno: ‘A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, após discussão e

aprovação pela unanimidade de seus membros, abaixo assinados resolveram emitir o seguinte relatório parcial, justificado pelas seguinte relatório parcial, justificado pelas seguintes considerações:

1 - Tomados os depoimentos de ilustres convidados, empresários ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades engajadas no sistema policial e repressivo do crime organizado, que espontaneamente forneceram informações e valiosas sugestões, todas dignas de serem endossadas pela CPI.

2 - Considerando que uma das prioridades e objetivos desta CPI é o de ênfase as medidas e propostas de ordem preventiva para combater a prática dos roubos de cargas e veículos.

3 - Considerando que seria perda de tempo aguardar o Relatório Final, quando só então poderíamos apresentar a presente proposta que reputamos urgente e já dispomos da aprovação unânime desta CPI.

4 - Considerando, ainda, que a sociedade está insegura, bem como, ansiosa por soluções e que, em contrapartida, cabe aos legisladores darem norte e esperança de que a lei e a ordem podem e devem triunfar sobre o caos, a anarquia, a barbarie e insegurança que o crime organizado provoca no meio social.

5 - Ademais, que a autorização para uso dos recursos públicos, deve atender parcimoniosos critérios da indispensável perspectiva de custo benefício com que tais recursos venham a ser utilizados e que, neste sentido, é indiscutível que a presente proposta atende a tais critérios.

6 - Finalmente, pela desagradável experiência que o Paraná acumula de esperar da União uma postura de equanimidade no atendimento dos seus direitos, haja visto a desigualdade com o ensino universitário, com a rede hospitalar e até mesmo das rodovias federais, reclama que nós mesmos adotemos as providências que são de exclusiva responsabilidade do governo federal.

Resolvem pela via do incluso Projeto de Lei Autorizatório, face as restrições constitucionais do aumento da despesa orçamentária e da iniciativa legislativa reservada ao Poder Executivo à discussão e aprovação do Plenário, o presente projeto de lei.

## PROJETO DE LEI

### SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado Paraná.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e de Cargas no Estado do Paraná, com o objetivo de identificar, rapidamente, os veículos e cargas furtadas e roubadas e proporcionar a sua pronta recuperação.

Art. 2º - O Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e de Cargas usará como estrutura a Central de Operações da Secretaria de Segurança Pública, que terá por obrigação passar informações, com a maior rapidez, da ocorrência de furto e roubo de veículos e de cargas no Estado do Paraná, para os postos das Polícias Rodoviária Estadual e Federal e para os Postos das Rodovias Pedagiadas.

Parágrafo único - Recebendo a notícia de furto ou roubo, o Centro de Informações transmitirá, pela rede de informática, a todos os postos citados no caput deste artigo, os dados relativos ao veículo e da carga subtraída, contendo informações detalhadas do motorista, do veículo, da placa e da carga, que serão identificados ao passar através de sensores óticos, instalados para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) CESAR SELEME

Presidente da CPI Roubo de cargas

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### Membros:

Algaci Tulio, Antonio Baratter, Edno Guimarães, Thiago Amorin, Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Braz Palma, Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti.

### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao contrário do que as más línguas comentavam e as pessoas que faziam uma pré-avaliação de que as CPIs eram CPIs “laranjas”, que tendiam apenas a camuflar uma situação, a CPI de Roubo de Veículos de Cargas ela é nova e dá o passo inicial inovando. Criando um projeto de lei autorizatório temos a oportunidade de realmente fazer o papel que nos é cobrado ao Poder Legislativo, que é cooperar para que se previna a continuidade do crime organizado, no que diz respeito ao roubo de cargas.

### JUSTIFICATIVA:

Na verdadeira guerra que nossas forças policiais travam com o crime organizado é fácil constatar que o armamento mais sofisticado e de maior poder ofensivo, lamentavelmente, está nas mãos dos bandidos e não dos intrépidos defensores da lei.

Historicamente nossa milícias sempre estiveram despreparadas para esta guerra suja por lhe faltar estrutura e apoio logístico que os novos tempos sempre demandam. É penoso constatar que apesar de estarmos em plena era da informática, a dura realidade é que nossas organizações policiais ainda não dispõem dos mínimos recursos que a modernidade e a globalização oferece. Nem mesmo modestos computadores para produzir um simples inquérito possuem nossas delegacias, haja visto que os poucos existentes, via de regra, são de propriedade particular de idealistas e abnegados escrivães ou de outras origens, mas nunca de aquisição

sistêmica dos governos que se sucedem sem investir nesta impostergável prioridade.

Impossível, pois, exigir-se heroísmo de quem tem que combater o crime com um sistema ultrapassado e ainda sem os mínimos recursos da moderna informatização. A guiza de exemplos cite-se o velho e artesanal método da identificação datiloscópica para o reconhecimento das impressões digitais ou do uso de velhos e ultrapassados rádios de comunicação doados ainda pela antiga e famigerada campanha da Aliança Para o Progresso dos anos sessenta impingida ao Cone Sul pelos irmãos do norte.

A propósito deste arcaico sistema de identificação é incompreensível como nossas próprias instituições privadas se acomodaram no conformismo e até mesmo na irresponsável omissão de cobrar das autoridades um sistema mais eficiente. São milhares de pessoas homônimas que diuturnamente se vêem envolvidas em cadastros de crédito sem meios de se livrarem do dano gerado pela falta de sistema ágil e eficiente de identificação.

Urge, pois, que se supere uma fase mínima de informatização do setor repressivo ao crime organizado, para que, ao menos, se tenha um certo equilíbrio nesta guerra suja e desigual, pois é sabido e constatado que a banditagem já se serve dos mais sofisticados meios de comunicação telefônica e de informatização que a modernidade oferece enquanto as estruturas públicas ainda engatinham em logísticas ultrapassadas. Modernizar nossa estrutura operacional é medida urgente e inadiável para quem pretenda antecipar-se à sanha e ganância dos criminosos, que como ousados hackers já operam via internet.

Imperioso, portanto, que se ultrapassem estes arcaicos sistemas operacionais a que nossas corporações policiais se viram confinadas, quer pela falta de definições claras, quer pela ausência de vontade política. Os novos tempos nos fizeram vítimas indefesas do crime organizado, daí porque temos que assumir as mudanças e uma postura de decisões.

Não se trata de opinar ou afirmar que nossos agentes da lei não precisem de mais e melhor armamento. Não, trata-se de dar ênfase a uma nova postura, à uma consciência extraída da atual realidade, pela qual, a unanimidade desta CPI, baseada e alicerçada nas sugestões recebidas dos próprios setores policiais recrutados contra as organizações criminosas entendem de que é mais eficiente e eficaz prevenir e impedindo a prática do crime do que simplesmente atuar como força repressiva e de perseguição criminal depois dele acontecido.

O projeto de lei, se aprovado, autorizará o governo do Estado do Paraná a equipar nossas rodovias de moderno sistema informatizado de identificação e controle do tráfego dos veículos que venham ser roubados e ousem transitar pelas rodovias paranaenses.

Assim a construção de portais especiais em pontos estratégicos do território paranaense ou a utilização dos ainda polêmicos postos de pedágio, formarão uma inul-

trapassável barreira eletrônica, quer de entrada ou de saída ou mesmo de circulação interna para veículos roubados.

A autorização da despesa extra orçamentária é para que se possa adquirir moderno equipamento capaz de ver imediatamente programado como o objetivo de identificar e encontrar o veículo em trânsito, tão logo, a vítima notifique a ocorrência do roubo ou do seu sumiço para que este possa ser cadastrado no sistema. Tal identificação, como a usada para multar os infratores do tráfego, poderá ser feita através do emplacamento, dos caracteres especiais de cada veículo, quer pelos acessórios, cor ou até mesmo pelo número do chassi, porquanto, de agora em diante, por exigência legal, todos os veículos novos devem, obrigatoriamente, trazer gravado no pára-brisa o número do chassi.

Além disso a proposta também oferece a possibilidade de que o governo possa mediante estudos especializados e indispensável processo licitatório adquirir moderno equipamento para informatizar e operar por computação o sistema datiloscópico, apoio logístico que as melhores e mais tradicionais organizações policiais do primeiro mundo já contam à décadas, além do que, a impessoalidade da máquina, dificultará práticas de prevaricação e corrupção método inerente com que ladrões e receptadores aliciam a banda podre de qualquer organização.

Sala das Sessões em 09.05.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros:

Algaci Tulio, Cleiton Kielse, Braz Palma, Tiago Amorim, Renato Gaúcho, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Baratter e Hidekazu Takayama.

**Minuta dependente de revisão, correção e subcensurada da CPI redigida pela Consultoria Jurídica.**

(a) Nilso Sguarezi

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBOS DE CARGAS

### **Relatório Parcial nº 02**

Com fundamento no art. 10, do seu Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Roubos de Cargas, após discussão e aprovação pela unanimidade de seus membros, abaixo assinados, resolveram emitir Relatório Parcial, justificado pelas seguintes considerações:

1 - tomados os depoimentos de ilustres convidados, empresários ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades enganadas no sistema policial e repressivo do crime organizado, que espontaneamente forneceram informações e valiosas sugestões, todas dignas de serem endossadas pela CPI;

2 - considerando que uma das prioridades e objetivos desta CPI é o de dar ênfase as medidas e propostas de

ordem preventiva para combater a prática dos roubos de carga e veículos;

3 - considerando que seria perda de tempo aguardar o Relatório Final, quando só então poderíamos apresentar a presente proposta que reputemos urgente por já dispormos da aprovação unânime desta CPI;

4 - considerando, ainda, que a sociedade está insegura, bem como, ansiosa por soluções e que, em contrapartida, ..... legisladores darem norte e esperança de que a lei e a ordem podem e devem triunfar sobre o caos, a anarquia, a barbárie e insegurança que o crime organizado provoca no meio social.

5 - considerando que está na pauta das discussões do Congresso Nacional a proposta da Reforma Tributária, e, que, uma das soluções para impedir e dificultar o roubo de cargas é vincular a Nota Fiscal da mercadoria transportada ao nome e identificação pessoal do motorista do veículo transportador, através do escaneamento da fotografia e/ou impressão digital.

A CPI dos Roubos de Cargas, pela unanimidade de seus membros RESOLVE submeter à aprovação do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná a presente sugestão a ser enviada ao Congresso Nacional no sentido de enriquecer a proposta e debate da Reforma Tributária.

Sala das Sessões, em 08.05.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros:

Algaci Tulio, Cleiton Kielse, Braz Palma, Tiago Amorim, Renato Gaúcho, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Baratter e Hidekazu Takayama.

Senhor presidente, senhores deputados está aí também, somado a esse projeto autorizatório, a essa justificativa, o meu desabafo com relação a este momento em que a CPI do Roubo de Cargas tem se mostrado tão atuante e procurando fazer o seu papel, o papel a ela designado. Espero que essas palavras, esse projeto de lei, essa iniciativa da CPI, possa ecoar através da imprensa que, infelizmente, tende a fazer uma seleção de divulgar com letras garrafaís, apenas aquilo que é polêmico, apenas aquilo que proporciona um número maior de tiragens, de vendagens de jornais, ou “picos” na audiência dos jornais transmitidos pela televisão e também, aqui vai um apelo aos nobres pares, que esse projeto de lei, que hoje, assinado por nós deputados, membros da CPI do Roubo de cargas, quando vier para este Plenário, que venha a receber de todos, unanimemente, parecer favorável.

Junto com esse projeto de lei, senhor presidente, também será encaminhada sugestão de uma cópia desse relatório, intitulado como relatório parcial nº 02 que vem com todas essas razões do porquê dos relatórios parciais nº 01 e 02, acrescidos do item 5, considerando que está na pauta das discussões do Congresso Nacional, a proposta da Reforma Tributária e que uma das soluções para impedir e dificultar o roubo de cargas, é vincular a nota

fiscal da mercadoria transportada ao nome e identificação pessoal do motorista, do veículo transportador, através de escaneamento da fotografia ou a impressão digital do mesmo.

A CPI do Roubo de Cargas, pela unanimidade de seus membros, resolve também, submeter à aprovação do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, a presente sugestão a ser enviada ao Congresso Nacional, no sentido de enriquecer a proposta e debate da reforma tributária.

Tem uma sugestão que também será protocolada senhor presidente, onde, numa segunda participação, a CPI do Roubo de Cargas está inovando e procurando não ser negligente nas suas atribuições.

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

### **O Sr. Algaci Tulio**

Tenho satisfação em apartear-lo neste momento, quando Vossa Excelência vem, em nome da Comissão Parlamentar de Roubo de Cargas a qual sou um dos seus membros, e dizer que esta já é uma primeira resposta à sociedade paranaense no sentido de mostrar que as CPIs a Assembléia mostrou, não vieram com a intenção de se transformar em pizzas, que as CPIs da Assembléia não se transformaram em Sessão de Inquisição, mas acima de tudo, em Sessões de sugestões.

Do trabalho efetivo, do trabalho responsável, do trabalho acima de tudo para proporcionar o bem-estar à sociedade paranaense. E nós que temos participado de todas as sessões da CPI do Roubo de Cargas, em que pese a tarefa da presidência da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, temos procurado nos envolver neste processo, porque tanto a CPI do Roubo de Cargas como a CPI do Narcotráfico têm muita semelhança e os assuntos são correlatos.

Dizer que a iniciativa da resolução que tomamos hoje pela manhã, após ouvirmos o vice-presidente executivo da Pancari - doutor Artur Santos, quando pudemos com esta autoridade desta área, trocarmos várias informações, questioná-lo a respeito de alguns dados que trouxe. É evidente de que não será a CPI que vai fazer parar o roubo de cargas. Não serão a CPI Nacional, que terminou seu trabalho ontem em Ponta Grossa e que acompanhamos durante os dois dias, e quando ela encerrar agora no início do mês de junho o seu trabalho e apresentar o relatório final, não será as CPIs que vão resolver os problemas do País: do Roubo de Cargas, do Narcotráfico, do Crime Organizado, na questão do combustível adulterado, do medicamento que é bom para Otário. Ou então na questão dos supermercados. Mas elas vão pontuar e vão dar algumas direções àquelas autoridades que têm a responsabilidade de fiscalizar e de colocar em ordem toda a situação.

O nosso papel é pautar uma posição de momento, é dar um raio x de como está a situação no nosso Estado do Paraná em todas essas diversas áreas. Mas em relação à nossa CPI do Contrabando de Cargas ela já mostra a que veio. Com muita cautela, com muita seriedade, com

muita tranquilidade e até com muita discrição. Ela vem mostrar esses resultados, quando apresenta duas sugestões que já debatemos na sessão de hoje e que são de fundamental importância. Se não houver a participação de toda a estrutura da área de segurança pública, da área da justiça, da área da Receita Estadual, Receita Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Federal não vamos chegar a lugar nenhum. E a sugestão que estamos dando, essas duas sugestões, já são passos iniciais, passos importantes. Mas além disso, e foi o que questionei ao senhor Artur Santos, além disso, questionei a seguinte situação: Ora, se temos rodovias privatizadas no Brasil inteiro no Estado do Paraná e que foram entregues para concessionárias, na questão do pedágio, na cobrança do pedágio, na cobrança do pedágio, essas concessionárias que cobram o pedágio de quem utiliza essas rodovias e em troca disso ela oferece segurança, ela não pode apenas oferecer a segurança na questão da rodovia em si. Mas ela tem que oferecer também a segurança para que não aconteça o roubo da carga, o roubo do caminhão, para que não aconteça o roubo do automóvel. Senão de nada adianta isso. Por isso fizemos uma sugestão durante a sessão de hoje de manhã, nesse sentido. E a nossa Comissão de Roubo de Cargas que é presidida pelo deputado Cesar Seleme, vai officiar, vamos fazer um trabalho nesse sentido de sugestão ao Ministério do Transporte que inclua a segurança do não roubo. Porque senão também não adianta, se pagar o pedágio para evitar que o buraco da estrada provoque acidente, e não se evite o roubo do caminhão. Se pago pedágio de uma rodovia tenho que ter todo direito de segurança. Se o meu caminhão, se a minha carga, se o meu automóvel for roubado tenho que acionar essa concessionária. Aí é de se perguntar: Será que no contrato de privatização tem alguma cláusula nesse sentido? Se quando a concessionária fala em dar segurança, está incluído o roubo da carga, o roubo do caminhão, do automóvel, ou não? Esse é um assunto que a nossa CPI também vai se aprofundar.

E quero, aqui, parabenizar o presidente da nossa comissão, deputado Cesar Seleme, Vossa Excelência que é o relator, dizer que já estamos dando resultado, já estamos dando sugestões, trazendo para este Plenário, ao debate dos senhores parlamentares nas comissões internas por onde passa esse projeto, análise com profundidade, para que possamos já implementar algumas mudanças na área de roubo de cargas aqui no Estado do Paraná.

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Agradeço a participação do deputado Algaci Tulio e concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Edson Praczyk, agradeço o aparte que me concede, e gostaria de registrar publicamente que sou admirador do seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa, uma postura coerente, séria, que sempre tem pau-

tado as suas decisões nas suas convicções pessoais e dos seus companheiros.

Mas, gostaria, rapidamente apenas, de dizer da maior satisfação de vê-lo como Relator da Comissão de Roubo de Cargas, presidida pelo eminente deputado Cesar Seleme, nosso companheiro também, de receber na tarde de hoje, por parte da Assembleia Legislativa, uma proposição concreta, sem mesmo ser concluída aí a nossa CPI, a CPI do Roubo de Cargas, e da importância, sei que tem muitos deputados aqui que têm condições de falar com maior propriedade até dessa questão do que nós, mas sabemos quantas pessoas por este Paraná afora, ao serem roubados, ficam completamente atônitos, não sabem a quem recorrer, e somente recorrem ao próximo posto policial, depois são indicados para que dêem queixa na delegacia mais próxima, posteriormente vão para delegacia especializada, é uma confusão. Ouvi relatos já realmente desesperadores das pessoas que ficam realmente sem saber o que fazer, as pessoas se sentem impotentes diante desta questão.

Só ocupo o aparte que Vossa Excelência me concede para dizer o quão importante é o trabalho sério, deputado Seleme, Vossa Excelência, que preside a comissão, uma comissão importante como esta, porque um projeto como este, deputado Pastor Edson, é fundamental porque centraliza a referência das pessoas com relação a um problema que quando acontecido com as pessoas, elas se tornam impotentes para resolver.

Então, está de parabéns Vossa Excelência como relator dessa comissão, e propor um projeto que é autorizador, é verdade, traz a esta Casa a discussão, para que possamos melhorar, digamos assim, a possibilidade do atendimento à população lesada quando alguém, algum cidadão está realmente atônito com aquilo que aconteceu com ele, ou seja, que roubaram o seu caminhão, roubaram a carga, roubaram aquilo que lhe era de mais precioso, que era fruto do seu trabalho, e ele não tem imediatamente a quem recorrer, não consegue vislumbrar a solução do seu problema.

Então, apenas para dizer “não posso participar de nenhuma comissão” das que foram instaladas porque regimentalmente faço parte da Mesa, isso é impossível, mas tenho acompanhado, na medida do possível, o funcionamento de todas as comissões aqui, e fico feliz pela Comissão de Roubo de Cargas estar iniciando apenas o trabalho e já apresentando uma proposição concreta para minimizar o problema daqueles que são acometidos por essa verdadeira barbaridade que é ver aí roubado o seu patrimônio de uma hora para outra e não sabe, primeiramente a quem recorrer, e em segundo lugar, não tem ele mais nenhuma informação e está aguardando para ver se alguém, algum filho de Deus, algum policial, algum informante, alguém da sociedade possa, quem sabe, através da divulgação do caso, lhe dar uma notícia do bem que lhe foi roubado.

Parabéns a Vossa Excelência, e desejo realmente que o trabalho possa continuar desta forma e possamos então, cada vez mais através do trabalho da CPI do Roubo de Cargas, minimizar esse problema que assola todo o Paraná e o Brasil.

Obrigado!

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Quero aproveitar também, senhor presidente, até para não ser injusto, agradecer alguns setores da imprensa que têm tomado cuidado de acompanhar as reuniões da CPI, que têm dado todo o apoio, toda uma cobertura. Infelizmente na sua totalidade ainda estão ou se deram conta da importância de divulgarem o acompanhamento do desencadear das reuniões ou dos trabalhos das CPI's.

Sou suspeito também, em dizer, por fazer parte da CPI, mas quero parabenizar os membros da CPI, os quais faço questão de mencionar os nomes, porque tenho observado, como uma pessoa de primeiro mandato, uma pessoa que tem procurado muito observar, nota-se que nenhum dos membros desta CPI do Roubo de Cargas tem procurado chamar a atenção dos holofotes da mídia para si, muito pelo contrário, temos agido com muita discrição, com muita cautela, para não expor nomes, para não denegrir pessoas, e sempre visando cooperar o máximo possível com a sociedade, para com o nosso Paraná.

Como presidente o deputado Cesar Seleme, está de parabéns, aos membros desta comissão, deputados Algaci Tulio, Cleiton Quielse, Divanir Braz Palma, Tiago Amorim, Renato Gaúcho, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Baratter, Hidekazu Takayama, e este que vos fala, para que possamos continuar com este trabalho, cooperando o máximo possível com a nossa sociedade.

#### O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Não poderia deixar de passar esta oportunidade e cumprimentar a TV Exclusiva, pela satisfação que nos dá em transmitir as sessões da Assembléia Legislativa, a partir de ontem. Evidentemente que abrirá um espaço para que todos os deputados possam ser conhecidos e reconhecidos através de seus pronunciamentos, das suas idéias, dos seus projetos, e, tenho certeza que, a exemplo da TV Senado, a exemplo da TV Câmara Federal, a transmissão dos trabalhos da Assembléia será muito bem aceito pelo telespectador, porque vai conhecer várias regiões, vários deputados que representam diversas regiões do Paraná, com várias tendências do setor produtivo.

Enfim, ao diretor Luiz Mussi e a todos os profissionais da TV Exclusiva, o nosso muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria de comunicar aos senhores deputados, que amanhã estaremos oferecendo, gratuitamente, aos funcionários da Casa e aos senhores deputados, a vacina

contra a gripe. A partir das 9h00 da manhã, no Departamento Médico.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB. Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados!

Hoje teremos a oportunidade de fazer o uso da palavra, o que nos dá condições de responder algumas questões levantadas pelo Líder do PMDB, Nereu Moura, a quem quero agradecer a solidariedade quanto ao episódio de ontem.

Apenas fiquei preocupado, hoje, quando o deputado Nereu Moura pediu um aparte - me desculpe voltar ao assunto que Vossa Excelência queria dar por encerrado - quando disse que em todas as oportunidades em que houverem manifestações nas galerias, vamos encerrar as sessões. Vossa Excelência sabe muito bem que em todas as manifestações o último deputado sempre, a fazer pronunciamento é o Líder do Governo. E o Líder tem momentos espinhosos na sua caminhada e ele tem que ter o direito da palavra, para colocar o lado do governo.

Então, se a todas as manifestações que ocorrerem encerrar-se a sessão, eu estava tolhido aqui, do direito da palavra. Acho que é uma questão que não é vontade, tenho certeza absoluta, mas gostaria que Vossa Excelência estudasse esta questão da melhor forma possível, para que todos tivéssemos a mesma oportunidade de podermos aqui colocar nossa posição.

Eu teria, ontem, senhor presidente, uma boa resposta ao deputado Waldyr Pugliesi, que cabia a resposta ao pronunciamento do deputado para o momento em que estávamos vivendo: galeria cheia, parte da galeria vaiando o Líder do Governo, e que calorosamente aplaudiu o deputado Waldyr Pugliesi, mas que poderia e teria condições, se Deus me desse tranquilidade naquele momento, de responder ao ilustre parlamentar nas suas posições e colocações. Mas, ficaremos para uma outra oportunidade, deputado Waldyr Pugliesi, de tratarmos desta questão num outro pronunciamento acalorado que Vossa Excelência fizer, porque acho que é importante recuperarmos a história e relembrarmos os velhos tempos. E Vossa Excelência faz parte da história e da política do Paraná.

Quero responder, aqui, com clareza, as considerações feitas pelo deputado Nereu Moura, quando ele coloca que o governo "soltou rojões", porque conseguiu antecipação dos royalties. Em nenhum momento ouvi rojões. O que ouvi foi uma palavra de satisfação, após um ano de trabalho, e de exaustivo trabalho, quando o governo conseguiu a antecipação dos royalties, que diga-se de passagem, para capitalizar o Fundo de Previdência do Estado. Questão esta que vem resolver e trazer de volta a capacidade do Estado de investir nas áreas que se fazem necessárias. Porque hoje, o Estado está com sua receita comprometida, ao gastar da sua receita 36% com inativos e aposentados. E que temos que solucionar este prob-

lema, senão o Estado não tem mais capacidade de investimentos.

Mas, quero recordar algumas datas, aqui, para que o líder peemedebista, faça uma volta no tempo e lembre-se da Lei nº 10.219/92. Quando dizemos 10.219/92, queremos dizer que em 92 quem governava este Estado era o então governador Requião. Já me cansei de repetir esta história, desta tribuna, mas como a Oposição não se cansa de querer acusar o governo pela responsabilidade pelo problema previdenciário, deste Estado, também não vou me cansar de repetir aqui a verdade. Então, a Lei 10.219, de 92, foi a lei que transformou 58.948 servidores de celetista em estatutários da noite para o dia, numa canetada apenas. O governo do Paraná que tinha contribuído por mais de vinte anos para o INSS assumiu toda a responsabilidade transformando esses celetistas em estatutários, nem pensando que no dia de amanhã já poderia aposentar pessoas que recairiam sobre os cofres do Estado.

Então, é importante que se recorde da Lei nº 10.229/92, que fazendo cálculos, poderíamos ter hoje na caixa do Fundo Previdenciário do Estado em torno de 3,4 bilhões, garantindo que o Estado não estivesse gastando esses 36% da sua receita porque estaria sendo pago pelo Fundo Previdenciário.

Mas, não obstante isto, senhor presidente, senhores deputados, devemos aqui recordar o ano de 1993, que é importante também para respondermos aqui o deputado. Em 1993, sobre a Lei nº 10.464, por iniciativa do chefe do Poder Executivo, foi extinto o Fundo Previdenciário do Estado. Então, quer dizer, criou-se um fundo em 92 e extinguiu-se o mesmo fundo em 93. Os recursos que tinha naquela momento no fundo foram usados para outros fins e gerou este grande problema para as finanças do Estado. Isto tem que ficar claro, mesmo que alguns concordem ou não, porque sob a luz da lei nós não podemos fugir. E mais ainda, o governo Jaime Lerner, como o governo que extinguiu e criou o fundo, ao criar o fundo em 92, ao extingui-lo em 93, ao transformar os celetistas em estatutários, não lembrou de fazer uma negociação com o INSS para que se ressarcir das contribuições ao longo do tempo em que contribuiu, o governo atual entrou com uma ação junto ao INSS para procurar ressarcir os cofres do governo do Estado do Paraná, que hoje já é uma importância de 95 milhões de reais, que dá em torno de cinco milhões por mês e que deverá ser ressarcido.

Então, quando se fala que o governo Jaime Lerner soltou rojões ao antecipar os royalties, apenas estamos resolvendo um problema que iniciou-se em 1992, quando transformamos os celetistas em estatutários e que agora nós estamos procurando capitalizar o Fundo de Previdência e ao capitalizá-lo, estaremos recuperando a capacidade de investimentos do Estado e não será apenas para o governo Jaime Lerner; será para todos os governos que de agora em diante vierem a governar este Estado.

Quero deixar isto claro, acredito que é, sim, um motivo de alegria e satisfação a todas as pessoas que têm

interesse público nesse Estado, esse esforço que há mais de um ano vem sendo pelo governo do Paraná para antecipar os royalties. E diga-se de passagem, o governo do Rio de Janeiro, governado pelo seu Partido, deputado Luiz Carlos Zuk, já conseguiu a antecipação dos royalties do petróleo há mais de seis meses, para ter o mesmo procedimento em que o Estado do Paraná está tendo aqui. Então, eu estou aqui colocando essa questão, ela é importantíssima para o conhecimento da população paranaense para que fique claro que, se houve a necessidade de antecipar esses recursos, é porque tínhamos e temos um problema previdenciário no Estado, aonde se tem fundo que não se tem recursos. Isso é importante.

O outro assunto, senhor presidente, mas tenho que dar alguns minutos do Horário da Liderança que estou usando e que gostaria que Vossa Excelência cedesse, ainda tenho algum tempo, vou falar sobre esta questão no dia de amanhã, gostaria de ceder os últimos minutos que tenho ao deputado Tiago Amorim porque, ele faria uso da Liderança do PTB, mas voltarei a falar aqui sobre a questão levantada pelo ilustre parlamentar Irineu Colombo, sobre a questão salarial principalmente dos professores. E dizer aos senhores parlamentares que, em virtude dos acontecimentos de ontem, mesmo assim convidei os representantes dos servidores públicos que estiveram nesta Casa, para que fossem à Liderança do Governo que eu os trataria da melhor forma possível, e tentaria, e faria também um esforço para estabelecer um canal de negociação junto aos servidores, junto ao governo do Estado.

Desta forma procederam os servidores, foram à sala de segurança, lá estabelecemos um diálogo, e hoje mesmo eles já estarão sendo recebidos pela Secretaria da Administração, que iniciará as negociações com esses servidores.

É essa a posição que eu trago a esta Casa e agradeço a atenção dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Coma palavra o deputado Tiago Amorim.

**O SR. TIAGO AMORIM**

Senhor presidente, senhores deputados, por amor à brevidade o que me traz nesse exato momento a esta tribuna são alguns relatos como integrante da CPI do Narcotráfico e de Roubo de Cargas.

A exemplo de alguns que diziam que estas CPIs terminariam em pizzas, queremos dizer que estamos desenvolvendo o nosso trabalho de maneira tranqüila e serena, tanto é que esta semana, senhor presidente, senhores deputados, em conversa, em reuniões reservadas com os deputados Ricardo Chab, Alborghetti, Algaci Tulio e demais deputados dessas CPIs, já mantivemos contatos com autoridades federais na região de fronteira, meu caro Ângelo Vanhoni, onde em menos de vinte dias a Polícia Federal conseguiu apreender nada mais nada menos que uma tonelada e seiscentos quilos de maconha.

Nós já estamos fazendo um trabalho de rastreamento junto com a Polícia Federal para que possamos identificar isto sim, os grandes traficantes que estão usando a fronteira da região de Guaíra, Foz do Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná, região a qual temos a honra de representar.

Estamos aguardando o relatório para que possamos convocar estes traficantes que estão usando a nossa fronteira do interior do Estado do Paraná, para traficar maconha e a cocaína. E contando com a parceria imprescindível da Polícia Federal, dos mecanismos de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados. Com certeza, não vamos acobertar quem quer que seja que estava envolvido no crime organizado do tráfico de drogas. Esse carregamento, em dois episódios de ações da Polícia Federal, constatou que a fronteira é, sem dúvida nenhuma, um dos pontos importantes que precisam ser investigados pelas autoridades federais, com essa apreensão de uma tonelada e seiscentos quilos de maconha, meu caro deputado Algaci Tulio, presidente da CPI.

### **O Sr. Algaci Tulio**

Deputado Tiago, fazendo uma reflexão em cima do que Vossa Excelência está colocando neste momento, que é a questão das fronteiras, de nada adianta, e conversávamos na última segunda-feira, à noite, em Ponta Grossa, eu, Vossa Excelência, deputados Chico Noroeste, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Beraldin, comparecemos quase que a totalidade da comissão, enquanto que o deputado Ricardo Chab e outros integrantes preparavam a audiência pública, marcada para logo mais às dezessete horas, da Comissão do Narcotráfico, do Crime Organizado, com o relator da CPI Nacional, deputado Moroni Torgan. Discutimos exatamente essa situação. Aliás, no encerramento da CPI, ontem, em Ponta Grossa, ele colocou isso no seu pronunciamento final. De nada adianta o trabalho feito até aqui pela CPI Nacional, pelas CPI's estaduais, pelas CPI's municipais, se as autoridades estaduais e federais não se engajarem na campanha. Senão, no ano que vem, vai se ter de votar tudo de novo e fazer novas CPI's para combater isso e aquilo.

É necessário que o governo federal, os estaduais, os órgãos competentes, os setores, os poderes competentes também se envolvam diretamente nessa situação. Senão vejamos: amanhã, vou apresentar, em nome da Comissão do Narcotráfico do Crime Organizado - vamos discutir esse requerimento na reunião de hoje - uma comunicação ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, no sentido de se fazer um trabalho eficiente nas fronteiras.

Por exemplo, temos discutido isso e o deputado Ângelo Vanhoni é testemunha disso, na questão do porto de Paranaguá. A CPI estadual, a CPI federal, o Ministério Público, a Receita Federal e a receita Estadual não podem, com alguma condição, fazer uma abordagem de uma amostragem. Não podemos entrar no porto, no entre-

posto paraguaio que está em Paranaguá, que está em território brasileiro e paranaense e dizer: queremos que abram esse ou aquele container. Não podemos fazer isso, porque há um tratado Brasil-Paraguai. Esse container que desce no porto de Paranaguá, transita por rodovias do Paraná, passa pelo centro de Curitiba e chega a Foz do Iguaçu, atravessa a Ponte da Amizade, vai para o Paraguai e ninguém sabe que bomba deve ter dentro dele, se é dinamite, se é arma contrabandeada ou o que é que é. Isso não vai resolver se não atacarmos de frente essa situação.

Conversamos com o deputado Moroni Torgan e a CPI nacional está propondo uma reunião para o final deste mês, no Paraguai, em uma das cidades fronteiriças com o Paraná, envolvendo presidentes da República do Paraguai, do Brasil, e certamente da Argentina também, presidente do Supremo Tribunal de Justiça do Paraguai, do Senado, da Câmara e todas as altas autoridades do Paraguai, com as altas autoridades brasileiras, para discutir a situação de fronteira. Senão, não vai se eliminar, se minimizar essa questão do crime organizado, do roubo de cargas, do contrabando de armas, da droga que sai ou que entra e tudo o mais.

É importante, e queria comunicar esse fato à Assembléia, que honrosamente a CPI do Paraná foi convidada para que esteja neste final de mês no Paraguai, juntamente com a CPI nacional, porque o Paraná tem duas fronteiras, mais do que nunca é importante que trabalhem juntos nesse sentido.

Queria fazer este aparte e agradeço a Vossa Excelência.

### **O SR. TIAGO AMORIM**

Muito obrigado, meu caro presidente Algaci Tulio, que esteve esta semana em Santa Catarina. Temos fronteiras com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso e precisamos ficar atentos e unir as forças com a Secretaria de Segurança desses Estados, para que possamos combater de frente o narcotráfico, o roubo de cargas e o crime organizado de maneira geral.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

### **O Sr. Ricardo Chab**

Estou ouvindo essas informações que Vossa Excelência traz à tribuna nesta tarde.

Sabemos dos poucos recursos da Segurança Pública. Vou citar um exemplo de São José dos Pinhais, que tem três escrivães da polícia para tocar uma cidade com 250 mil habitantes. Não é possível, material humano é escasso na polícia.

Neste momento que estamos clamando esforço da Segurança Pública, fazer um contato com a Polícia Federal, com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Defesa, para que possamos ter atuação mais efetiva da Polícia Federal e das Forças Armadas nas fronteiras. Precisa-se fazer alguma coisa.

Deveríamos oficialar o Ministério da Justiça para que intensifique esse policiamento da fronteira, além de



exigir o reaparelhamento, não só humano, mas por inteiro, da Secretaria de Segurança Pública. Exigir que se estabeleça um controle com rigor nessa área de fronteira.

Muito obrigado!

#### O SR. TIAGO AMORIM

Para aqueles que acreditavam que essa CPI terminaria em “pizza”, podem ter certeza, vamos fazer um trabalho de simplicidade, mas com objetividade. E vamos dar as respostas positivas honrando esta Casa de Leis por onde passamos.

Vamos cumprir com a nossa obrigação sem fazer teatro, mas respeitando o povo do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT.

(Declina)

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

#### O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna esta tarde para fazer um relato de mais uma ação abusiva, arbitrária, da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(Lê):

“Despejo em Cândido de Abreu

A Polícia Militar do Paraná despejou 80 famílias de sem-terra da Fazenda Laguiche, localizada do município de Cândido de Abreu. A fazenda pertence a 3 herdeiras de um conde francês que moram em Paris. A área foi considerada improdutiva pelo Incra e estava ocupada há três anos.

A ação de despejo começou às 4h30 da madrugada desta quarta-feira, ferindo o artigo 5º da Constituição Federal, que diz: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A PM montou uma verdadeira operação de guerra para despejar os sem-terra. Utilizaram a conhecida “operação de congelamento”, isolando totalmente a área e impedindo o acesso da imprensa e de advogados do MST. Além disso, bloquearam várias ruas e as vias de saída da cidade. Foram mais de 250 policiais, fortemente armados, que realizaram este despejo ilegal e arbitrário contra trabalhadores rurais. Até o momento, não foi possível levantar o número de sem-terra feridos. A maioria foi obrigada a deixar o local e a retornar para os municípios de origem ou para outros assentamentos.

Os agricultores já tinham plantado milho e iriam começar a colher cerca de 15 mil sacas do produto. Transformaram, com muito trabalho, uma área improdu-

tiva em área produtiva. E agora, podem perder tudo o que foi plantado.

O mais estranho é que em 12.12.99, o governo do Estado e o Incra fizeram um acordo com o MST de que esta fazenda não seria desocupada, enquanto tramitasse na Justiça Federal uma pendência jurídica sobre a área. O governo rompeu o acordo e violou, mais uma vez, o direito legítimo da luta pela Reforma Agrária no Paraná”.

Este relato, caros deputados, mostra a repetição das ações policiais no Estado do Paraná.

A insensibilidade e a arrogância da Polícia e deste governo, agride mais uma vez o cidadão, a família, a criança, agride o direito dos nossos irmãos agricultores e pequenos lavradores sem-terra.

Outro dia na grande imprensa nacional havia uma análise a respeito desses conflitos ocorridos no país, dos sem-terras. O jornalista colocava que havia um momento de se recuar nesse processo tanto por parte do governo, como por parte do Movimento, para que se encaminhasse para o entendimento, para a busca de uma solução, que todos nós e o jornalista também achava, que não seria nunca satisfatória, mas poderia avançar nesse processo de reforma agrária que o País precisa e que a sociedade deseja, com exceção da ação truculenta da Polícia Militar no Estado do Paraná. Isso foi na semana passada.

Mais uma vez nesta madrugada, temos esta repetição. O governo do Paraná cumpre à risca esse modelo de governo, de exclusão, neoliberal, que faz com que o governo federal pague 130 bilhões, de juros, do serviço da dívida externa e coloque no seu orçamento, para o ano 2000, apenas 1,3 bilhões para a reforma agrária. Apenas 1% daquilo que está se pagando de juros da dívida externa é que o governo destina no seu orçamento para a reforma agrária.

O Paraná é o espelho desse governo que além de não se promover a reforma agrária, de não se promover mecanismos para acelerar esse processo de assentamento rural, o governo age com a violência que é uma característica ímpar da Polícia Militar nesse país; é a marca desse governo que está aí.

Portanto, na condição da Liderança do PT, a nossa Bancada repudia mais essa ação policial e digo aos deputados, aos movimentos sindicais, aos trabalhadores e estudantes que terão grande oportunidade amanhã, quando da audiência com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fazer mais essa denúncia. Repetir as inúmeras denúncias para mostrar que essas ações no Paraná se tornaram uma prática costumeira da Polícia.

Há notícias também de que a própria Polícia está preparada para fazer uma desocupação no município de Mangueirinha e em outros municípios da região, de mais de três mil famílias. Acho que desta forma o governo não está buscando nenhuma solução para esses conflitos. Pelo contrário, está instigando e provocando a violência.

Deixo aqui o registro da Bancada do PT e de todos aqueles que sentem nessas ações, realmente, uma violência contra a cidadania e contra todos nós, seres humanos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Consulto as Lideranças do PDT, PSB, PST, PTB, PSDB, se desejam fazer uso do Horário.

**(Declinam)**

Consulto a Liderança da Oposição se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Amanhã à tarde, às 14 horas, no Plenarinho da Assembléia, a pedido do deputado federal, doutor Rosinha, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal designou uma subcomissão que aqui estará. A Comissão de Direitos Humanos vem pautada para levantar todos os dados infringentes à garantia dos direitos individuais da pessoa humana no Estado do Paraná.

Nós, da Liderança da Oposição, fizemos questão de endossar aquele pedido, porque não só o problema, denunciado aqui pelo deputado Hermes Fonseca, das arbitrariedades, das desocupações noturnas e truculentas da Polícia Militar do Paraná, sob a ordem do governador, também aquele episódio de Paranaguá que marcou e maculou profundamente o governo Jaime Lerner quando espancou caminhoneiros que estavam parados no posto de gasolina, o garoto que foi espancado até perder o baço, os estudantes em Curitiba, os funcionários, servidores do Poder Judiciário e recentemente o episódio da morte do Antônio Tavares, pela bala certeira da Polícia Militar do Estado do Paraná, comandada pelo secretário José Tavares, a mando do governador Jaime Lerner.

Podemos perceber, pela imprensa que tem sido testemunha dessas irregularidades, que a ação do governo foi completamente ilegal, revestida de uma violência descomunal para com os movimentos sociais. A comprovação de que o governo era arbitrário, e o testemunho é do próprio governo, porque, em várias ocasiões, declarações desconstruídas do secretário de Segurança, do Comando da PM, da PC e o secretário de governo foi desmentido no ar por uma emissora de televisão em relação ao horário.

Na semana passada fiz aqui um testemunho pessoal, desapaixonado da questão política, daquilo que convivi. Entrei sem querer na parada. Evidentemente que tenho uma relação política com o MST, porque o PT a nível nacional, tem uma resolução que apóia o Movimento dos Sem-Terra. Agora, não apoiamos as ações, todas as ações do MST. Temos nossas divergências, duras divergências com o MST, mas apoiamos a sua luta política, porque só o MST faz a reforma agrária no país. Se assim não fosse, a reforma agrária não estaria existindo no país. Vide o exemplo do Banco da Terra que seria a grande revolução do governo federal de Fernando Henrique Cardoso; vide o exemplo das vias rurais que o governador Jaime Lerner disse que ia resolver o problema agrário no Paraná e agora, evidentemente, não fala mais

nisso porque transformou essa ação política operacional das vilas rurais apenas num programa habitacional rural.

O governo do Estado teve em vários momentos suas ações controladas por helicópteros, falou que tinha determinação judicial para usar aquela violência contra o MST. E fomos checar. No dia que fiz um pronunciamento aqui, não tinha certeza disso. Tivemos uma audiência com o procurador geral da Justiça onde o subprocurador, gentilmente, nos forneceu todas as informações que solicitei, inclusive a questão da ação que passo a relatar.

O governo do Estado do Paraná, baseado na ocupação da Secretaria de Planejamento, na qual fui chamado pelo então Secretário da Casa Civil - Pretextato Taborda, para intermediar e intermediei essa negociação e resolvemos aquele problema, e baseado nesse fato fez uma alegação de que precisava assegurar os prédios públicos do Estado do Paraná de invasões da CUT e do MST, e que fosse dado multa a eles se fizessem essas ocupações.

Entraram de plantão na sexta-feira retrasada, a Procuradoria de plantão da Justiça deu parecer contrário, o Ministério Público deu parecer contrário, porque Dia do Trabalho, 1º de Maio, é um dia de notáveis manifestações públicas e que não poderia ter clarividência, que haveria ocupação de prédio público. E que se fosse o caso, então, fizesse a guarda desses prédios públicos. O que o Judiciário fez e aqui falei no meu pronunciamento, que o governo do Estado do Paraná não venha com essa história de querer colocar culpa na Justiça, porque o juiz de plantão concedeu, parcialmente a liminar, dizendo o seguinte: “Era para as forças públicas do Estado do Paraná assegurar em fiscalização com força, aos prédios públicos, ao redor da Praça Nossa Senhora da Salete.” Isso que está escrito na ação. Quero ver alguém do governo Jaime Lerner me desmentir. Tem que trazer a ação aqui para mim e mostrar onde que estou falando errado. Diz ainda o juiz: “...que a liminar é concedida parcialmente e adverte às forças públicas do Paraná para que não interditem os patrimônios, os bens de uso comum.”

O que que é patrimônio e bens de uso comum? Praças, viadutos, estradas, avenidas, que se abstinhasse de usar a força contra isso, então, quem agiu contra o Tribunal de Justiça, quem agiu contra a justiça, foi MST, que estava vindo com os ônibus? Foi o governo do Estado, que foi advertido, na liminar concedida parcialmente a seu pedido, e diz mais o juiz: 1º dia de maio não pode ter nenhuma força pública reprimindo manifestações pacíficas. É, mas o MST ia ocupar os prédios públicos! Olha, acho que ia ocupar e sou contra que se ocupe prédios públicos. Agora, o governo do Estado do Paraná não pode saber, por clarividência, que amanhã vai acontecer um assassinato feito pelo João Pereira, não sei das quantas, ir lá na frente, pára, porque ele vai assassinar outro dia.

O governo do Estado do Paraná parece ser arbitrário, violento e absolutamente desumano, está tendo clarividência.

Os ônibus seguiam um comboio de 11 e outro de 10. O que viriam fazer em Curitiba? Ocupar prédios públicos? Não sei, não tenho essa informação, possivelmente sim, como aconteceu em outros Estados.

Mas, vamos lá. Onze e Dez. Aí no posto da Polícia Rodoviária, interditaram os ônibus. Separaram 4 e mandaram seguir, isto por volta de 7 e meia.

Preparei um croqui com todos os testemunhos e estou enviando, coloquei para a imprensa com todas as explicações dos fatos, ao meu testemunho, ao testemunho do deputado Rosinha e de tantos outros companheiros.

Às oito e meia, como vinha vindo um segundo comboio a Polícia Militar do Paraná interditou os dois lados da BR-277, e esse comboio separado de 4 não pôde seguir. As pessoas saíram de dentro dos ônibus, uma viatura que vinha atrás pediu que entrassem, e o soldado atirou; no Antônio Tavares. Meia hora depois, do outro lado da pista, um outro grande confronto que foi desmentido, de que há mais pessoas mortas, um “fusuê”, chegamos lá, conseguimos entrar no mato, conversa daqui, conversa dali, intervenção do coronel tenente Ribeiro, mas nesse interim, aqui queria consertar uma informação que passei por presunção do meu testemunho, Antônio Tavares foi carregado pelos seus próprios companheiros, portanto, não foi ninguém da Polícia Militar, num Chevrolet, foi levado ao hospital, confronto com os sem-terra, na BR-116, e o governo passou então aí a dizer que só era bala de borracha, foi desmentido, pelo jornalista, pela imprensa, pelo IML, o governo disse que talvez seria revólver dos próprios sem-terra; não foi, a balística disse que a arma que é, descobrimos a viatura, checamos todas as informações, está comprovado, foi a PM que matou Antônio Tavares, não há o que negar.

O governo do Estado do Paraná através do secretário de segurança disse do horário, foi desmentido ao vivo e em cores por um repórter da rádio que lá se encontrava como testemunha, porque houve na verdade, 4 confrontos, um deles evitamos, e. pessoalmente evitei e o deputado Rosinha; teve um em São Luís do Purunã, esse segundo onde houve a morte de Antônio Tavares e o terceiro mais longo, mais filmado, bomba para todo o lado, uma caça a tudo.

Então, vocês vejam que o governo do Paraná está completamente desmoralizado, o governo do Paraná quer fazer reforma agrária na bala, porque o problema da reforma agrária, deputado Valdir Rossoni, é do governo federal, porque o governo do Paraná está intervindo. manchou, o nosso Estado do Paraná é uma vergonha hoje, manifestação contra o Estado do Paraná no Rio de Janeiro, em Brasília, e amanhã estarão aqui os deputados para ouvir a nossa versão, inclusive.

Estamos convidando todos os deputados, deputados da Situação, deputado Pastor Edson Praczyk, que é nosso presidente da Comissão de Direitos Humanos, recebemos há pouco a confirmação de que eles estarão aqui, mas me pediram que o convidasse para que estivesse presente, é uma subcomissão dos Direitos

Humanos. Nós da Oposição, pedimos um espaço para apresentar documento circunstanciado de toda as arbitrariedades com fita, provas testemunhais, preparando inclusive um pedido de intervenção no Estado do Paraná para a Comissão de Direitos Humanos que, nos referente este pedido, e em seguida estaremos entregando ao procurador geral de Justiça.

Portanto, amanhã, às 14:00 horas, o Paraná e o Brasil ficarão sabendo a verdade dos fatos que estão acontecendo no Estado do Paraná. Arbitrariedade em cima de arbitrariedade! O governo Jaime Lerner é um governo que maculou de sangue o Estado.

Nesta altura do campeonato o Teixeira, que tanto acusaram o governo Requião, fica uma coisa na penumbra, porque o Teixeira, naquela ocasião, tinha um passado atenuante porque havia agredido e morto policiais militares. Neste, foi determinação política do governo Jaime Lerner. A situação sabia que era dolosa porque poderia matar alguém e matou Antônio Tavares. Um frequentador do meu gabinete foi morto pelo governo Jaime Lerner.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero nesta quarta-feira, manifestar a esta Casa, na pessoa do presidente Nelson Justus, deputado Hermas Brandão e Augustinho Zucchi, que integram a Mesa Executiva, e, a todos os senhores deputados, os nossos mais sinceros agradecimentos por todo apoio e todas as condições que a Assembléia Legislativa do Paraná, seja através da direção desta Casa, seja através de todos os parlamentares, seja desde o mês de outubro do ano passado, pudéssemos desenvolver as articulações, as conversações que levaram à formação de uma chapa de entendimento para que pudéssemos conquistar, como conquistamos no último domingo, no Rio Grande do Sul, a Presidência da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

#### (**Aplausos**)

Mais de 500 participantes estiveram presentes a esta conferência, mais de 250 parlamentares de 24 Assembléias Legislativas já que das 27 Assembléias Legislativas do Brasil, apenas não tivemos representação do Amapá, do Maranhão e de Alagoas. Das outras 24 Assembléias Legislativas tivemos comitivas representativas que permitiram a presença de mais de 500 pessoas.

Quero mais uma vez agradecer a todos. Tenho a certeza que estamos assumindo uma missão por demais espinhosa, mas também por demais importante não só para enquanto homem público e parlamentar que temos orgulho de ser, mas também muito importante para o conjunto do Parlamento paranaense e brasileiro pois tenho certeza que, à frente da Unale, com o apoio que temos recebido de todos vocês aqui do Paraná e com a manifestação de apoio que temos recebido de todos os parlamentares do Brasil, haveremos de conseguir fazer um trabalho à altura da expectativa dos senhores deputados, das Assembléias Legislativas e, mais uma vez, tenho

certeza, conseguiremos honrar o nome dos companheiros que acreditaram em nós.

Muito obrigado, senhor presidente Caíto Quintana, muito obrigado aos deputados pelo apoio, pela presença, e, obrigado também àqueles que não puderam ir porque, mesmo à distância, tenho certeza, todos torciam para que pudssemos ter êxito em mais esta empreitada.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Orlando Pessuti, gostaria de dizer, em nome desta Presidência e, seguramente em nome do presidente Nelson Justus, que por sinal esteve presente nesta votação, do orgulho de todos nós paranaenses em podermos ter Vossa Excelência na Presidência da Unale. Esta é uma eleição que nos une como paranaenses. Deputados dos mais variados partidos políticos lá estiveram e todos nós, sem dúvida alguma, nos sentimos profundamente orgulhosos em perceber que o Brasil inteiro, por suas delegações, lá esteve, numa candidatura de consenso, que mostra sua participação em tantos e tantos eventos, que o guindaram a esta posição tão importante.

E não sem razão de ser, Deputado Pessuti, a Unale, tão jovem ainda, 5 anos, necessita, senhores parlamentares, de um trabalho muito forte de resgate do espaço dos legislativos. Acho fundamental no trabalho da União Nacional dos Legislativos é não ficarmos placidamente assistindo, por exemplo, uma reforma tributária, uma reforma administrativa, da previdência, e tantas e tantas outras que afetam diretamente em cima dos Estados e municípios e são única e exclusivamente discutidas no âmbito da Câmara Federal e do Senado, sem nenhuma consideração a ouvir os legislativos estaduais.

Tenho certeza de que Vossa Excelência, na Presidência da Unale, dará ênfase, principalmente, a este nas suas dimensões e possam, as Assembléias também serem ouvidas nestes assuntos que nos dizem respeito.

Parabéns, deputado Pessuti, espero poder fazê-lo em nome de toda a Assembléia Legislativa do Paraná que sente orgulho de Vossa Excelência.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos senhores deputados Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Algaci Tulio, Antonio Baratter e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nº 072/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Movimento Estudantil de Teatro Amador - Meta, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná, a conceder auxílio às famílias carentes, instituindo o Programa Criança na Escola, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 011, de 08.03.99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 057/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.353/96, de 14.03.1996 e do Decreto nº 4.282, de 24.04.1998 e dá outras providências (Região Administrativa).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável a forma da emenda Substitutiva Geral, para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 057/99

Ficam substituídas as expressões “Autoriza o Estado do Paraná”, por “Autoriza o Poder Executivo”, na súmula e art. 1º do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.03.99.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 057/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, tem por objetivo, autorizar o Poder Executivo do Estado do Paraná, conceder auxílio às famílias carentes, através do Programa Criança na Escola.

Após análise da presente matéria em epígrafe, esta Comissão concluiu, que trata-se de projeto de lei de elevado teor social e cunho autorizatório, não encontrando óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
ESPORTE E CULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 057/99

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, tem por objetivo conceder auxílio às famílias carentes, instituindo o Programa Criança na Escola.

**Fundamentação**

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende que o projeto de lei tem por objetivo maior a permanência dos alunos nas escolas, procurando atender, também, as famílias mais carentes do município nas suas necessidades básicas, como luz e água.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos o nosso Parecer Favorável e opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

**Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, Vossa Excelência disse quem reprova. Peço verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vamos proceder verificação de votação. Os deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. 9 (nove) deputados aprovam. Os deputados que rejeitam o

projeto, queiram levantar-se. 16 (dezesesseis) deputados rejeitam.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, acredito que a contagem não esteja correta.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A primeira secretaria contou e não há *quórum* para votação. Apenas para prosseguimento da sessão.

**Com discussão encerrada o item 02.**

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade as pessoas com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 33, de 27.04.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 207/99

P A R E C E R :

**Relatório**

Da autoria do deputado Péricles Mello o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento de taxa de Cédula de Identidade para pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos.

**Fundamentação**

O projeto vem em obediência ao disposto no § 1º, do artigo 145, da Constituição Federal que abraça os princípios tributários da pessoalidade e da capacidade contributiva do devedor. Ou seja, sempre que possível os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

No projeto de lei ora analisado, a matéria nele tratada é de taxa, na qual se leva em consideração a utilização efetiva ou potencial de quem usa os serviços públicos colocados a sua disposição e por isso cobrados. Por este motivo, estes princípios não podem ser desconsiderados.

**Conclusão**

Assim, pelo acima exposto e por não encontrarmos impedimento legal ou constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em epígrafe.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 207/99

P A R E C E R :

**01) Do Projeto:**

De autoria do eminente deputado Péricles Mello, visa autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento

de taxa de Cédula de Identidade para pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos.

## **02) Do Parecer:**

O artigo 145, II, da Constituição Federal assevera:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - ...

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

...”

O artigo 150, da Constituição Federal, por seu turno:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente ...”

Observa-se, pois, que o projeto de lei atende plenamente os dispositivos legais e constitucionais, aliás como anotado sabiamente pelo ilustre Relator na Comissão de Constituição e Finanças.

Do ponto de vista das Finanças Públicas, deve-se afirmar que apesar de não constar estudo acerca do impacto financeiro sobre os serviços da Secretaria de Segurança Pública, através do Instituto de Identificação, pode-se entretanto confirmar que o projeto, seguindo a mesma linha de raciocínio do governo federal em isentar de taxas a cidadania, tendo pois, forte apelo social. Ora, o Estado deve buscar em outras fontes, e de outras formas de contribuição, que não aquela dos sem-posse, a forma de financiamento de tal atividade.

## **03) Do Voto:**

Do exposto, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

BETO RICHA - Relator

## **O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, já que não há *quorum* para votação desse projeto, gostaria de solicitar à Mesa que não colocasse amanhã. Não poderei estar presente na sessão de amanhã. Se puder, ser colocado este projeto na segunda-feira, senhor presidente, que faço a defesa, gostaria muito.

## **O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Perfeito. Continua em discussão o projeto. Encerrada a discussão o projeto vai para a Ordem do Dia de segunda-feira. Solicito à Mesa que o coloque.

## **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/99, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade

Pública a APMI, Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, com sede e foro no município de Planalto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 55 de 25.05.99)**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 270/99**

### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI, Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, com sede e foro no município de Planalto.

Chamada esta comissão a se manifestar, uma vez completado 1 (um) ano de Personalidade Jurídica, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

## **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA S.P.. **Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 188 de 07.12.99)**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 641/99**

### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ricardo Maia, autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral proposto, para a adequação legislativa.

Sala das Comissões, em 22.02.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 641/99**

## **SÚMULA:**

Autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade da Delegacia de Anti-Tóxico no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.02.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 641/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a instalar uma Unidade da Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição é de grande mérito, pois ajudará no combate ao narcotráfico e no amparo aos dependentes químicos.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, na forma do Substitutivo Geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 644/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade, Infância e Família, APMIF, com sede e foro no município de Campo Magro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 191 de 08.12.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 644/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família, APMFI, do município de Campo Magro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, uma vez completado 1 (um) ano de Personalidade Jurídica, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Detran/PR a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Mandaguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 165 de 10.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 568/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Detran/PR a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Mandaguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 568/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, Ciretran, no município de Mandaguaçu.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida Ciretran, facilitando o atendimento a população e trazendo melhora e eficiência na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.02.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlântica de Desportos, com sede no Município de Jandaia do Sul. COM PARECER

**FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.**  
**(Publ. no D.A. nº 196, de 13.12.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 648/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Atlanta de Desportos, com sede no município de São Pedro do Ivaí e foro no município de Jandaia do Sul.

Chamada esta comissão a se manifestar, uma vez completado 1 (um) ano de personalidade jurídica, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a UDF - União dos Deficientes de Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 021, de 22.03.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 082/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a UDF - União dos Deficientes Físicos, no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que concede o título de Cidadão Honorário ao Pastor Lupércio Vergniano. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 032, de 10.04.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 105/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário ao Pastor Lupércio Vergniano.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 710, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 767, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 776, de autoria do senhor deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.**  
 À Diretoria Legislativa.

**Não havendo quórum**, os demais requerimentos também passam para a próxima sessão.

Queremos ainda, senhores parlamentares, a Mesa registra o projeto de resolução que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos da revisão constitucional e dá outras providências. Este projeto de resolução será encaminhado para publicação, e após a publicação, terá cinco dias de prazo para apresentação de emendas.

Senhores deputados, o projeto de resolução que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos da revisão constitucional irão para publicação e, após a publicação nos avulsos, terá cinco dias de prazo para emendas sobre a resolução de funcionamento.

Da mesma forma, comunicamos aos senhores deputados que estaremos oferecendo amanhã, gratuitamente, aos funcionários da Casa e aos senhores deputados, a vacina contra a gripe. Após a sessão de amanhã, no departamento médico da Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 057, 270, 641, 644, 568, 648/99, 082 e 105/2000.

Levanta-se a sessão.



**Balancetes:**

OFÍCIO Nº 12/99

Curitiba, em 09.07.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JUNHO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Junho	MÊS: Junho Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG.: 01 Data: 30/06/1999
---	-------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.470.000,00	40.720.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.470.000,00	40.720.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.470.000,00	41.220.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	512.873,21	4.235.240,44
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	512.873,21	4.235.240,44
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	512.873,21	4.235.240,44
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.913.540,76	11.922.822,27

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	16.913.540,76	11.922.822,27
TOTAL	23.896.413,97	57.378.062,71

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Junho	MÊS:Junho Exercício:1999	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 30/06/1999
--	-----------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	5.917.314,78	36.259.222,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.180.185,84	30.850.682,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	737.128,94	5.408.539,56
DESPESAS DE CAPITAL	36.054,50	108.207,70
INVESTIMENTOS	36.054,50	108.207,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.933.369,28	36.367.429,91
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	5.023,60	1.570.434,23
PAGAMENTOS	5.023,60	1.570.434,23
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	337.803,95	1.839.981,43
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	337.803,95	1.839.981,43
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	342.827,55	3.410.415,66
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.600.217,14	17.600.217,14
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	17.600.217,14	17.600.217,14
TOTAL	23.896.413,97	57.378.062,71

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 11/2000

Curitiba, em 08.05.2000.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de  
Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste

Poder referente ao mês de JANEIRO/2000, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2000	REF: GAR260A PAG.: 01 Data: 31/01/2000
---	---------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.640.000,00-	6.640.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.640.000,00	6.640.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.640.000,00	6.640.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	330.154,58	330.154,58
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	330.154,58	330.154,58
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	330.154,58	330.154,58
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	4.461.312,87	4.461.312,87
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	4.461.312,87	4.461.312,87
TOTAL	11.431.467,45	11.431.467,45

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro MÊS: Janeiro Exercício: 2000		REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31.01.2000
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	5.771.689,64	5.771.689,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.223.493,08	5.223.493,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	548.196,56	548.196,56
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.781.689,64	5.781.689,64
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	403.403,97	403.403,97
PAGAMENTOS	403.403,97	403.403,97
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	299.834,58	299.834,58
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	299.834,58	299.834,58
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	703.238,55	703.238,55
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	4.946.539,26	4.946.539,26
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	4.946.539,26	4.946.539,26
TOTAL	11.431.467,45	11.431.467,45

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 12/2000

Curitiba, em 08.05.2000.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2000, conforme

relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro	MÊS:Fevereiro Exercício: 2000	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:29/02/2000
--	----------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	7.630.000,00	14.270.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	7.630.000,00	14.270.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	8.130.000,00	14.770.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	90.423,90	420.578,48
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	90.423,90	420.578,48
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	90.423,00	420.578,48
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	4.946.539,26	4.461.312,87
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	4.946.539,26	4.461.312,87
TOTAL	13.166.963,16	19.651.891,35

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Fevereiro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro Exercício: 2000		REF: GAR260A PAG: 02 Data: 29.02.2000
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	7.075.117,69	12.846.807,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.834.294,33	11.057.787,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.240.823,36	1.789.019,92
DESPESAS DE CAPITAL	185.936,91	195.936,91
INVESTIMENTOS	185.936,91	195.936,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	7.261.054,60	13.042.744,24
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	155.368,92	558.772,89
PAGAMENTOS	155.368,92	558.772,89
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	294.225,04	594.059,62
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	294.225,04	594.059,62
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	449.593,96	1.152.832,51
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.456.314,60	5.456.314,60
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	5.456.314,60	5.456.314,60
TOTAL	13.166.963,16	19.651.891,35

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 13/2000

Curitiba, em 08.05.2000.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2000, conforme

relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Março	MÊS:Março Exercício: 2000	REF: GAR260A PAG: 01 Data:31/03/2000
--	------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	7.300.000,00	21.570.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	7.300.000,00	21.570.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	7.300.000,00	22.070,00,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	764.636,84	1.185.215,32
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	764.636,84	1.185.215,32
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	764.636,84	1.185.215,32
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.456.314,60	4.461.312,87
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	5.456.314,60	4.461.312,87
TOTAL	13.520.951,44	27.716.528,19

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Março	MÊS:Março Exercício:2000	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/03/2000
--	-----------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	7.613.400,79	20.460.208,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.585.128,78	17.642.916,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.028.272,01	2.817.291,93
DESPESAS DE CAPITAL	92.215,04	288.151,95
INVESTIMENTOS	92.215,04	288.151,95
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	7.705.615,83	20.748.360,07
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	9.085,91	567.858,80
PAGAMENTOS	9.085,91	567.858,80
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	321.615,30	915.674,92
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	321.615,30	915.674,92
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	330.701,21	1.483.533,72
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.484.634,40	5.484.634,40
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	5.484.634,40	5.484.634,40
TOTAL	13.520.951,44	27.716.528,19

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 14/2000

Curitiba, em 08.05.2000.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de ABRIL/2000, conforme

relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO



BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Abril	MÊS:Abril Exercício: 2000	REF: GAR260A PAG: 01 Data:30/04/2000
--	------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	7.550.000,00	21.570.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	7.550.000,00	29.120.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	7.650.000,00	29.720.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	244.282,09	1.429.497,41
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	244.282,09	1.429.497,41
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	244.282,09	1.429.497,41
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.484.634,40	4.461.312,87
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	5.484.634,40	4.461.312,87
TOTAL	13.378.916,49	35.610.810,28

BALANCETE FINANCEIROMÊS:Abril ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:AbrilExercício:2000		REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/04/2000
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	7.069.930,65	27.530.138,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.717.431,94	23.360.348,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.352.498,71	4.169.790,64
DESPESAS DE CAPITAL	35.139,24	323.291,19
INVESTIMENTOS	35.139,24	323.291,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	7.105.069,89	27.853.429,96
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	4.763,96	572.622,76
PAGAMENTOS	4.763,96	572.622,76
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	336.063,94	1.251.738,86
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	336.063,94	1.251.738,86
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	340.827,90	1.824.361,62
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.933.018,70	5.933.018,70
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	5.933.018,70	5.933.018,70
TOTAL	13.378.916,49	35.610.810,28

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESAO

Walter Spena de Macedo, matrícula40053,  
endereço Rua Manoel Vicente de Oliveira Mello, nº

1290/202 bairro Alto da XV, cidade de Curitiba, PR,  
CPF: 462.793.009-78, telefone: 362-5149, lotação:  
Procuradoria, data de nascimento: 09/11/61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui  
Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos ter-  
mos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de  
abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Vol-  
untária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor,  
nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: médico.  
(Prot. nº 3814)

Curitiba, em 10.05.2000.  
(a) Walter Spena de Macedo